

# **Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares**

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação  
Universidade Federal Fluminense - UFF / Niterói - Rio de Janeiro

## **A crise orgânica dos anos sessenta e a luta dos trabalhadores brasileiros: das greves pela Legalidade à derrota de 1964**

Demian Bezerra de Melo

Doutorando em História pela UFF e bolsista da CAPES

Niterói (RJ), 13 a 16 de setembro de 2010

## Resumo

O propósito desta comunicação é discutir criticamente uma certa literatura revisionista que busca apresentar o golpe de 1964 como de responsabilidade da radicalização das esquerdas, desconsiderando os principais estudos que mostram a articulação dos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes na conspiração que resultou no golpe. Lançando mão do conceito gramsciano de crise orgânica, nossa intenção é recuperar as principais lutas dos trabalhadores naqueles anos críticos, entendendo seu sentido como de ampliação daquela frágil democracia vigente. Nesse sentido, o trabalho é uma resposta a esta onda revisionista que quer impingir às esquerdas o epíteto de “golpistas”, tal como é largamente conhecida a ação da direita. O trabalho é também resultado de algumas reflexões que têm orientado nossas pesquisas de doutorado, cuja tese pretende abordar as relações entre o movimento sindical e o governo de João Goulart (1961-1964).

## Abstract

The purpose of this communication is to discuss some revisionist literature that seeks to present the 1964 coup as the responsibility of the radicalization of the left, ignoring the major studies that show the articulation of private apparatus of hegemony of the ruling classes in the conspiracy that resulted in the coup. Adopting the gramscian concept of organic crisis, our intention is to retrieve the main struggle of the workers in those critical years, understanding its direction as the amplification of that fragile democracy force. In this sense, the work is a response to this revisionist wave that wants to foist left the epithet of "coup", as is largely known about the right's action. The work is also the result of some reflections that has guided our research in doctoral thesis which aims to address the relationship between the union movement and the government of João Goulart (1961-1964).

## Palavras iniciais sobre o *revisionismo* corrente

Desde 2004, o debate acadêmico e público sobre o golpe de 1964 viu aparecer com força uma série de hipóteses que tentam relativizar o papel das direitas naquele processo. A trama que envolveu aparelhos privados de hegemonia, como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), quase a totalidade da grande imprensa, setores conservadores da Igreja Católica, e que foi estudada com maestria pelo cientista político René Armand Dreifuss em sua obra *1964, a conquista do Estado* (1981), é agora posta de lado com o intuito de co-responsabilizar as esquerdas e o próprio Executivo nacional-trabalhista de João Goulart pelo desfecho golpista. Isso levou diversos analistas críticos, como Toledo (2004), Mattos (2005 e 2008) e Melo (2006), a caracterizar estas “novas versões” da histórica como *revisionistas*.

É claro que tais hipóteses, que na verdade não fazem mais do que atualizar os argumentos dos próprios golpistas quatro décadas depois, encontram grande repercussão entre a grande imprensa, toda ela comprometida com a conspiração golpista e no apoio ao regime ditatorial, como os jornais *O Estado de S. Paulo*, *a Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* entre outros. Vejamos algumas destas “novas hipóteses”, notando que tais órgãos buscaram respaldo na opinião de pessoas ligadas ao mundo acadêmico. Por exemplo, no dia 31 de março de 2004, o filósofo José Arthur Gianotti, ex-marxista e tucano, afirma o seguinte: “Em 64, não houve um conflito entre uma idéia democrática e uma idéia autoritária, como os dois lados tentaram fazer crer, mas duas formas de autoritarismo.” Mais significativa ainda é a declaração do cientista político Leôncio Martins Rodrigues: “Venceu a direita e o golpe representou um terrível retrocesso; se vencesse a esquerda, haveria outro retrocesso, *talvez pior*, aprofundando o modelo populista. Eram opções dramáticas”.<sup>1</sup> É possível levar a sério tamanho “exercício contrafactual”? Um desfecho de esquerda seria “talvez pior”? Comentando este mesmo trecho de Rodrigues, Caio Navarro de Toledo empreende a seguinte crítica: “Estas formulações sobre os “perigos” representados pelos setores de esquerda, caso alcançassem o poder, nada mais fazem do que retomar, 40 anos depois, os “argumentos” da direita golpista.”<sup>2</sup> O jornalista Carlos Marchi chega a especular que, caso os setores de esquerda tivessem saído vitoriosos da contenda, o Brasil perderia “o bonde da

<sup>1</sup> *O Estado de São Paulo*, 31/03/2004, p. 1. Grifo meu.

<sup>2</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. “1964: Golpismo e Democracia. As falácias do revisionismo.” *Op. cit.* p. 36, nota 19.

modernidade”, o que naturalmente acaba por justificar o golpe modernizante-conservador como *mal menor*.

Já o jornal a *Folha de S. Paulo*, repercutindo um Seminário acadêmico sobre o quarenta anos do golpe, assim se referiu às controvérsias sobre o golpe:

“Esquerda e direita eram igualmente golpistas em 1964? A polêmica dividiu historiadores e cientistas políticos que participaram, ontem, do primeiro dia do seminário sobre os 40 anos do regime militar, promovido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), UFF (Universidade Federal Fluminense) e UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O clima de golpismo generalizado foi defendido por três pesquisadores do período: Maria Celina D'Araújo (FGV), Carlos Fico (UFRJ) e Jorge Ferreira (UFF). O historiador Jacob Gorender, Caio Navarro de Toledo (Unicamp) e Maria Aparecida de Aquino (USP) disseram ser contra a tese.

O historiador Celso Castro (FGV) foi conciliador: ‘Por um lado, temos que evitar o papel de vitimização das esquerdas, como se elas, coitadinhas, não tivessem noção do que estavam fazendo. Elas eram atores naquele tenso jogo político que foi o governo João Goulart’. *Até os anos 90, a historiografia defendia a tese de que o golpe foi ato exclusivo da direita*. Hoje, isso é revisto. Segundo Navarro de Toledo, as chamadas esquerdas que cercavam Jango foram responsáveis pelo ‘agravamento do processo político’ que resultou no golpe, mas não tinham a intenção de pôr fim à ordem democrática. ‘A idéia de que o golpe de 64 foi preventivo é errada’.”<sup>3</sup>

Recentemente, a mesma *Folha* envolveu-se em mais um episódio ligado a este revisionismo histórico, ao tentar defender a hipótese de que o regime ditatorial que se seguiu ao golpe de 64 era uma “ditabranda”.<sup>4</sup> A controvérsia levou a uma “sem-vergonha” autocrítica do editor chefe do jornal, Otávio Frias Filho, dizendo que o termo “ditabranda” “tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis”, finalizou.<sup>5</sup> Mas a controvérsia acabou por jogar luz em um dos fatos obscuros da trajetória do Grupo Folha, que foi o seu apoio ostensivo, não somente à ditadura, mas também ao seu aparato de repressão, como foi minuciosamente esclarecido pelo estudo de Beatriz Kushnir (2004).

Entretanto, quando parecia que a desmoralização da *Folha* se aprofundava, eis que surge no horizonte a nova interpretação da história brasileira, agora com os ares acadêmicos da lavra do professor da Universidade Federal de São Carlos, Marco

---

<sup>3</sup> *Folha de São Paulo*, 23/03/2004, *Folha Brasil*. Grifo meu.

<sup>4</sup> *Folha de S. Paulo*, 17 de fevereiro de 2009.

<sup>5</sup> *Folha de S. Paulo*, 28 de fevereiro de 2009.

Antônio Villa, que publicou no mesmo jornal o artigo “Ditadura à brasileira”. No artigo, são defendidas duas teses que contrariam o bom senso: em primeiro lugar, que a associação do regime militar brasileiro com as ditaduras na Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, que mancharam de sangue o Cone Sul nos anos sessenta e setenta, seria “falsa”; em segundo lugar, que de 1964 até 1968 não haveria propriamente uma ditadura no Brasil. Também depois de 1979 até 1985 não teríamos vivido mais sob um regime de exceção. Para completar o cortejo de “novidades”, são pronunciados elogios deslavados aos feitos da “ditabranda brasileira” nas áreas da cultura – com a Embrafilme – e da ciência e tecnologia, com a criação de novas universidades e de instituições de fomento como o CNPq. Por fim o historiador afirma triunfante que tais iniciativas não são encontradas em nenhuma das outras ditaduras sul-americanas. Ora, o próprio Villa foi um dos principais divulgadores das teses revisionistas em 2004, como pode ser aferido na seguinte declaração: “O que une ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por golpe, seja os militares, seja Brizola e mesmo Jango, no caso para continuar no poder. Tanto é assim que o golpe veio.”<sup>6</sup>

Tendo isto em conta, uma pergunta prosaica que deve ser feita: quais os interesses por trás da nova interpretação de Villa? Logo de saída é preciso dizer que o historiador de São Carlos não se encontra sozinho em sua empreitada. Desde pelo menos o final dos anos oitenta e início dos anos noventa está sendo produzida uma literatura revisionista sobre o golpe de Estado de 1964, cujo marco inicial é o trabalho de Argelina Figueiredo *Democracia ou reformas?* (1993), em perspectiva teórico-interpretativa que vem sendo seguida por historiadores como Jorge Ferreira (2003) e Daniel Aarão Reis (2001), que explicam o golpe em decorrência da falta de apego pela democracia por parte de todo o espectro político, da direita à esquerda. Em outro lugar já tivemos a oportunidade de nos remeter ao trabalho destes últimos autores e à história deste revisionismo (MELO, 2006), portanto agora se trata de acrescentar novos argumentos sobre a controvérsia.

Acreditamos que tais teses são, tão somente, uma operação ideológica com vistas a dar certa legitimidade ao golpe, criando uma certa memória confortável para as classes dominantes. Com o propósito de se contrapor a esta onda revisionista,

---

<sup>6</sup> *Folha de São Paulo*, 13/03/2004, *Folha Brasil*.

apresentamos a interpretação dos anos de crise que precederam o golpe com o foco nas ações das classes subalternas, particularmente do movimento operário-sindical.

### **A crise dos anos sessenta**

No início dos anos sessenta, o Brasil apresentou um quadro de efervescência social que afetou os vários níveis da vida nacional. O modelo econômico engendrado na década anterior conhecia sua primeira crise cíclica, que se combinava com o colapso do sistema político. A incapacidade do Estado em controlar um movimento sindical rebelde vivia *pari passu* à influência da Revolução Cubana (1959), juntamente com as rebeliões dos subalternos das Forças Armadas e a forte mobilização dos camponeses. Neste sentido, naqueles anos a cena histórica da sociedade brasileira pode ser definida a partir do conceito gramsciano de “crise orgânica” (GRAMSCI, 2007: 60),<sup>7</sup> em que a luta de classes atingiu um ponto crítico e no qual se colocaram em jogo dois projetos distintos de Nação: um de aprofundamento do modelo de dependência associado ao capital estrangeiro e alinhado geopoliticamente aos EUA; outro, de uma democracia ampliada, com o encaminhamento da reforma agrária e com a volta à legalidade do principal partido operário brasileiro: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Este foi o contexto do governo do principal herdeiro de Vargas, João Goulart (1961-1964), governo este que, como afirmou de forma precisa Caio Navarro de Toledo, “nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado” (1983: 7). Os acontecimentos dramáticos da sua posse em 1961, com o país à beira de uma guerra civil e um estado de sítio não declarado, até o desfecho violento com o golpe de Estado em 1964 (planejado pelas altas cúpulas do empresariado nacional em conluio com o capital internacional, militares golpistas e a mobilização de parte da classe média), são os pontos culminantes de um governo que buscou reerguer o espectro do projeto varguista, ferido de morte desde a década anterior.

As greves pela posse de Jango em agosto/setembro de 1961, as greves políticas de julho e setembro de 1962, a campanha pelo Plebiscito e pela volta do presidencialismo até o famoso Comício de 13 de março de 1964 – e seus desdobramentos – constituem os momentos mais dramáticos onde interveio de forma decisiva o movimento sindical na cena política. Hegemonizado por uma esquerda

---

<sup>7</sup> A utilização deste conceito para aquele contexto foi proposta originalmente por Dreifuss (1981: 144), e aqui seguimos sua sugestão.

sindical, composta pela aliança entre comunistas e trabalhistas de esquerda, o movimento operário buscou articular as entidades sindicais corporativas oficiais com uma série de intersindicais (chamadas de “paralelas”, por estarem em desacordo com a legislação vigente), com o propósito de conformar instrumentos de ação política das classes subalternas. Entre estas entidades intersindicais destacaram-se o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a Comissão Permanente de Organizações Sindicais (CPOS) da Guanabara e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), embrião de uma central sindical fundado após a vitoriosa greve geral de 5 de julho de 1962, a primeira a adquirir proporções nacionais na história do Brasil.

Embora simpática ao Executivo de Goulart, tendo inclusive contribuído para que este recuperasse os poderes presidenciais, no Plebiscito de 6 de janeiro de 1963, a esquerda sindical teve suas relações deterioradas com o governo em princípios deste ano, quando através do Plano Trienal, Jango buscou jogar a conta da crise econômica nas costas dos trabalhadores. Aqui também evidencia-se a importância da categoria de crise orgânica, posto que a mesma expressa, face a uma crise econômica, a combinação desta com a impossibilidade do Estado em manter a incorporação subalterna dos “de baixo” (BIANCHI, 2002: 36). Fracassado o Plano Trienal, o recrudescimento da conspiração golpista fez Goulart voltar-se novamente para o sindicalismo como base de apoio, tendo este sido o ator político fundamental na organização do Comício pelas Reformas de Base, em 13 de março de 1964.

Entende-se que estas ações tiveram como fito a ampliação daquela frágil democracia existente, ao contrário do que a literatura revisionista advoga. Para este revisionismo corrente, enquanto esquerdas e direitas se enfrentavam no início dos anos sessenta, a maioria da população assistia a tudo quase que “bestializada”. O historiador Jorge Ferreira, por exemplo, assim define o drama daqueles anos: “Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população apenas assistia aos conflitos, silenciosa.” (FERREIRA, op. cit.: 335). Ou seja, estas avaliações deslocam o elemento do conflito social (a luta de classes) do processo de determinação da cena política e reificam a esfera política. Por sua vez, nesta esfera política, os atores agem como se representassem a si próprios, e nunca a forças sociais e seus conflitos.

As greves políticas pela Legalidade, uma dos momentos mais críticos da história contemporânea do país, são exemplares de como as classes sociais intervieram na crise política de forma consciente, ainda que de forma desorganizada. Pois a surpresa da

renúncia do presidente Jânio Quadros – que como o próprio admitira posteriormente, tinha a intenção de voltar nos “braços do povo” com superpoderes ditatoriais – desorientou parcelas expressivas do movimento popular, mas não impediu que este, mesmo sem uma coordenação nacional, paralisasse as atividades e lutasse pela posse de Jango. Em alguns casos, enfrentou-se com a dura repressão, como se viu na Guanabara, quando a polícia política de Lacerda prendeu e reprimiu trabalhadores que se mobilizaram pela Legalidade. Mesmo no Rio Grande do Sul, aonde o então governador Brizola liderou o movimento pela posse de Jango, trabalhos historiográficos consistentes dão conta do pioneirismo da mobilização operária que forçou o governador a tomar uma atitude (JACOBY, 2008). Em desacordo com o movimento operário e popular, Jango aceitou transigir com os setores conservadores do Congresso que improvisaram o parlamentarismo, garantindo sua posse através de um “golpe branco”.

Em meados de 1962, quando Goulart deveria indicar uma nova composição para o Conselho de Ministros, setores conservadores (envolvidos com a fracassada tentativa golpista do ano anterior) tramaram o aprofundamento deste “golpe branco”. Tratava-se de impor um gabinete ainda mais conservador, retirando de Goulart qualquer chance de governar. Este buscou articular forças junto ao movimento popular, mas quando no clima dramático do início de julho o movimento sindical resolveu organizar uma greve geral nacional, que paralisou diversas capitais e cidades importantes, como Santos, além da Guanabara, Rio de Janeiro, Pernambuco, Fortaleza e Porto Alegre, Jango tentou se opor à paralisação. Enviou emissários para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, onde se localizava o Comando Geral de Greve (CCG), mas os sindicalistas, numa demonstração de relativa independência política, resolveram manter a greve. O movimento teve uma contribuição decisiva para que Goulart impusesse ao Congresso um Gabinete mais afinado com suas intenções de liquidar com o parlamentarismo. Todavia, a intransigência do Congresso continuou a brechar as intenções de Goulart de marcar um Plebiscito – previsto na legislação que instituiu o parlamentarismo. Novamente, o movimento sindical, agora organizado no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), formado após a greve de julho, lançou a palavra de ordem da greve geral, paralisando diversas cidades importantes do país. Aliado a pressões oriundas de setores nacionalistas da oficialidade militar, o Congresso acabou marcando a data do referendo para 6 de janeiro de 1963. A partir de então, as esquerdas,

com destaque para o CGT, teve uma atuação decisiva na mobilização que levou ao fim do parlamentarismo.<sup>8</sup>

Mas o Plano Trienal que Jango apresentou como plataforma de seu governo, já no sistema presidencialista, foi lido pelo movimento sindical como uma “alta traição”. É que entre as medidas previstas no plano havia a contenção aos reajustes salariais, isto num momento em que a inflação galopante corroía o poder de compra dos salários. Assim, nos primeiros meses de 1963, Jango e o movimento sindical tiveram suas relações deterioradas. Apenas no fim de 1963 a aliança com os movimentos populares foi restabelecida.

O famoso Comício da Central, em 13 de março de 1964, considerado um dos momentos mais dramáticos daquela conjuntura de crise, foi resultado de uma articulação entre os assessores sindicais de Jango e o CGT. A mobilização das classes subalternas em apoio a Goulart, e pela implementação do programa das reformas de base, foi o que levou à idéia do comício, que deveria ser o primeiro de muitas *meetings* dedicados a pressionar a maioria conservadora do Congresso a aprovar as reformas. A poucos dias do comício, reunida no auditório da centenária Associação Comercial do Rio de Janeiro, a alta cúpula do empresariado nacional organizada pelo complexo IPES/IBAD proclamava a fundação do Comando Nacional das Classes Produtoras (*O Globo*, 11/03/1964; *Tribuna da Imprensa*, 11/03/1964), numa clara alusão (e contraposição) ao CGT. Sem nenhum pudor, as classes dominantes anunciavam sua insurreição: “Armai-vos uns aos outros!”, exclamariam alguns mais exaltados no auditório da Associação Comercial. Na madrugada do dia 13, extremistas de direita tentaram incendiar o palanque armado na praça em frente à Estação Central do Brasil. Todavia, a despeito destas provocações, no fim da tarde de sexta-feira, duzentas mil pessoas – segundo a maior parte das fontes – compareceram às imediações da Central do Brasil para ouvir os oradores que, com graus variados de eloquência, defenderam a necessidade do Brasil realizar as reformas de base.

Pois são as mobilizações populares, realizadas em contraposição a estas ações explicitamente golpistas das classes dominantes, que a literatura revisionista quer agora reinterpretar como sinônimo de “golpismo”. Pois entre os primeiros anos daquela década o Brasil viveu um dos pontos altos das lutas dos trabalhadores no século XX,

---

<sup>8</sup> Goulart também teve a ajuda de setores conservadores, como o governador mineiro Magalhães Pinto, um golpista da UDN e articulado ao IPES de Minas, mas interessado em se candidatar para a Presidência nas eleições marcadas para 1965. Discuti isto em minha dissertação de mestrado (MELO, 2009).

como definiu precisamente o historiador Jacob Gorender (1987: 67), e caracterizar tais lutas como golpistas só é possível para quem tem alergia à participação dos subalternos no processo político brasileiro. Ao produzir tais visões ideologizadas daqueles anos de crise, tais revisionistas se comportam como aquilo que Gramsci definiria como intelectuais orgânicos das classes dominantes.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BIANCHI, Alvaro. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. *Novos Rumos*, nº36, p.28-37, 2002.
- DREIFUSS, René A. *1964, a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, J. & DELGADO, Lucilia Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GORENDER, Jacob. *O Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- JAKOBY, Marcos André. A organização sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Porto Alegre no período de 1960 a 1964. (Dissertação de mestrado, PPGH-UFF). Niterói, 2008.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964. *História & Luta de Classes*, n.1, p.7-18, 2005.
- \_\_\_\_\_. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, v.28, n.55, p.245-263, 2008.
- MELO, Demian. A miséria da historiografia. *Outubro*, n.14, p.111-130, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2009.
- REIS, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita.” In FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, n.19, p.27-48, 2004.